

Frames dos jovens agricultores familiares no Brasil: uma análise a partir dos Festivais Nacionais da Juventude Rural

Frames of youth family farmers in Brazil: an analysis based on the National Festivals of Rural Youth

Marco André Cadoná * 

Cláudia Tirelli * 

Marieli Helena Muller * 

Resumo

No artigo colocamos em questão a construção dos frames de ação coletiva da juventude vinculada à agricultura familiar no Brasil. Tomamos como referência empírica os Festivais Nacionais da Juventude Rural, coordenados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG). E nos perguntamos sobre as inovações e as continuidades nos quadros de referências que mobilizaram a juventude vinculada à agricultura familiar num contexto de crise do padrão neodesenvolvimentista implementado pelos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e de ascensão, no executivo nacional, de uma frente política neoliberal, de direita e ultraconservadora, com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. Ao final, indicamos que a demanda por políticas públicas, comprometidas com o direito de os jovens permanecerem no meio rural, mantém-se como uma referência significativa e estratégica da ação coletiva dos jovens agricultores familiares.

Palavras-chave: jovens agricultores familiares; ação coletiva; quadros de referência; Festival Nacional da Juventude Rural.

Abstract

In the article, we question the construction of frames in the collective of youth linked to family farming in Brazil. We take as an empirical reference the National Festivals of Rural Youth, coordinated by the National Confederation of Rural Workers Agriculturists and Family Farmers (CONTAG). And we asked ourselves about the innovations and continuities in the frames of reference that mobilized youth linked to family farming in a context of crisis of the neo-developmental pattern implemented by governments led by the Workers' Party (PT) and the rise, in the national executive, of a front neoliberal, right-wing and ultraconservative politics, with the election of Jair Bolsonaro in 2018. In the

* Universidade de Santa Cruz do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, RS, Brasil. E-mails: mcadona@unisc.br; ctirelli@unisc.br; marielimuller@mx2.unisc.br

end, we indicate that the demand for public policies, committed to the right of young people to remain in rural areas, remains a significant and strategic reference for the collective action of young family farmers.

Keywords: youth family farmers; collective action; frames; National Festival of Rural Youth.

Introdução

Pretendemos analisar os frames da ação coletiva da juventude vinculada à agricultura familiar no Brasil, entendendo como frames os “marcos referenciais significativos e estratégicos da ação coletiva” (Gohn, 1997, p. 87). Tomamos como referência o Festival Nacional da Juventude Rural. E nos perguntamos sobre as mudanças e as continuidades nos frames mobilizados pelos jovens agricultores familiares num contexto de crise do “programa neodesenvolvimentista” dos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Mas, também, de recrudescimento de uma agenda neoliberal e de ascensão política de uma frente de direita e ultraconservadora, com a eleição de Jair Bolsonaro para presidente da República.

O Festival Nacional da Juventude compreende uma mobilização coletiva, organizada sob a coordenação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), em articulação com a Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, com as Comissões Estaduais de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, com as 27 Federações dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares e com Sindicatos Rurais a essas federações filiados. A primeira edição do Festival Nacional da Juventude Rural aconteceu em 2007 e, desde então, foram realizados quatro festivais: em 2007, em 2010, em 2015 e em 2023. Cada uma dessas edições contou com uma organização prévia, realizada no âmbito dos sindicatos rurais e das federações estaduais, e conseguiu reunir uma média aproximada de cinco mil jovens rurais de todo o Brasil (CONTAG, 2023).

Os temas que foram adotados em cada uma das quatro edições do Festival já permitem perceber como os “quadros interpretativos e significativos”, compreendendo os valores, as concepções de mundo, as formas de interpretação, têm uma dinâmica que implica permanências e modificações nos modos como a situação das juventudes rurais no Brasil é interpretada e mobilizada para a defesa de direitos. O primeiro festival teve

como tema “Lutando por Educação, Esporte e Cultura”; no segundo festival, o tema foi “Sucessão Rural com Terra e Políticas Públicas, Meio Ambiente Sustentável, Trabalho e Renda”; no terceiro, o tema foi “Juventude Rural Latino-Americana na Luta por Terra, Políticas Públicas e Sucessão Rural”; por fim, no quarto, o tema foi “Semeando Resistência e Cultivando um Mundo Novo” (CONTAG, 2023).

Como esses temas foram definidos? Como essas definições estão relacionadas com as agendas políticas das juventudes vinculadas à agricultura familiar nas diferentes conjunturas nas quais os festivais foram realizados? Quais são os valores, as concepções políticas e ideológicas, que orientam a construção das agendas políticas dos jovens agricultores familiares? Essas são questões que remetem ao que colocamos, neste artigo, como uma questão de maior significado analítico: quais são os frames que conectam as concepções políticas e ideológicas dos jovens agricultores familiares à estrutura de oportunidades e de ameaças surgidas nas conjunturas nas quais os festivais nacionais da juventude rural foram realizados?

Na análise dessa problemática tomamos como referência empírica a primeira e a quarta edições do Festival Nacional da Juventude Rural. A primeira edição ocorreu numa conjuntura que marcou o início do segundo governo de Luís Inácio Lula da Silva (2007 – 2010) e, nesse sentido, de consolidação do projeto neodesenvolvimentista que os governos liderados pelo PT implementaram no Brasil no período entre 2003 e 2016. A quarta edição ocorreu numa conjuntura na qual Lula voltou a ocupar o executivo nacional, mas depois da experiência do governo de direita e ultraconservador, de Jair Bolsonaro (2019 – 2022).

O artigo está organizado em duas partes, além desse texto introdutório e das considerações finais, momento no qual retomamos a questão que orienta a análise e indicamos os *frames* que conectaram as mobilizações políticas dos jovens agricultores familiares às conjunturas sociopolíticas que marcam o período de realização dos festivais nacionais da juventude rural. Na sequência definimos o que entendemos por jovens agricultores familiares, desenvolvendo, também, o conceito de *frames de ação coletiva*. Após, analisamos documentos que permitem a compreensão de quais foram as agendas políticas dos jovens agricultores familiares nas edições referidas do Festival Nacional da Juventude Rural. A partir dessa análise definimos os marcos referenciais significativos e estratégicos da ação coletiva dos jovens agricultores familiares, analisando como esses

marcos referenciais foram definidos/redefinidos diante das oportunidades e das ameaças que se apresentaram nas conjunturas consideradas.

Caminhos Teóricos da Análise sobre a Mobilização Coletiva dos Jovens Agricultores Familiares

Para os fins da análise que propomos, torna-se importante a indicação das direções teóricas que adotamos em relação à categoria “jovens agricultores familiares”, ao conceito de *frames* e às conjunturas que consideramos na compreensão dos *frames* de ação coletiva dos jovens agricultores familiares no Brasil.

Em relação à categoria “jovens agricultores familiares”, pressupomos que a “juventude” é, ao mesmo tempo, uma condição social e uma construção social. Ainda que haja uma determinada faixa etária, na qual os indivíduos completam o seu desenvolvimento físico e enfrentam mudanças psicossociais, isso ocorre num processo muito variado historicamente, pois em cada sociedade é possível encontrar modos diversos de lidar com esse tempo da vida humana. Assim, ao utilizarmos a categoria “jovens agricultores familiares” queremos ressaltar a importância das experiências sociais vivenciadas por jovens vinculados à agricultura familiar no Brasil. Entendendo que essas experiências remetem a um processo histórico de constituição de sujeitos, condicionado pelo “meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona” (Dayrell, 2003, p. 41-2).

Consideramos que as juventudes rurais no Brasil vivenciam experiências sociais nas quais diferentes dificuldades estão presentes: as migrações para o meio urbano, a integração precoce nas atividades agrícolas, a difícil integração entre trabalho e Educação escolar, a tendência de masculinização nos espaços rurais, o caráter patriarcal das famílias rurais, a questão da sucessão familiar na agricultura familiar, o pouco reconhecimento do trabalho (em especial das mulheres), a idealização da “cultura jovem urbana”, a pobreza presente nos meios rurais, a fragilidade (e mesmo ausência) das políticas agrícolas e de reforma agrária (Troian; Breitenbach, 2018, p. 797).

Sob o ponto de vista teórico, identificamos uma dificuldade de ordem conceitual na bibliografia que se ocupa das juventudes rurais. A definição de “juventude rural” ainda representa um desafio teórico, pois é frequente a utilização do critério cronológico ou, mesmo, a não especificação dos critérios utilizados para a sua definição (Troian,

Breitenbach, 2018, p. 799). Conscientes desse desafio e sem perder de vista sua importância e complexidade, consideramos os “jovens agricultores familiares” como um segmento das juventudes rurais que está diretamente vinculado à agricultura familiar.

Essa definição não reduz o grau de complexidade, pois o conceito de agricultura familiar também remete a diferentes concepções teórico-metodológicas. No entanto, entendemos que o conceito de agricultura familiar deve ser situado no contexto de lutas que ocorreram no Brasil a partir dos anos 1980, quando se observou uma retomada da organização dos movimentos do campo no país, que passaram a pressionar o Estado por políticas públicas comprometidas com as atividades agrícolas desenvolvidas por camponeses, pequenos agricultores, colonos, assentados e demais formas familiares de produção rural, a partir do pressuposto de que o desenvolvimento capitalista no país não leva ao desaparecimento desses segmentos sociais (Altafin, 2007).

Foi naquele contexto histórico que as pesquisas acadêmicas passaram a dar maior atenção ao lugar desses segmentos sociais na estrutura sociopolítica e econômica brasileira e o termo agricultura familiar passou a ser utilizado como um “guarda-chuva conceitual”, abrigando diferentes formas de organização familiar da agricultura, em contraposição à agricultura patronal (Altafin, 2007). Aos poucos, determinadas características foram se consolidando na definição da agricultura familiar, tais como: i) o tamanho da propriedade; ii) a gestão familiar da unidade produtiva e dos investimentos; iii) a constituição predominantemente familiar da força-de-trabalho; iv) a propriedade familiar dos meios de produção. Essas características passaram a ser consideradas na *práxis* dos movimentos sociais, na comunidade científica e nas orientações políticas do Estado brasileiro, nesse último caso principalmente a partir dos anos 2000, quando através da Lei 11.326 de 2006 foi definido como agricultor familiar:

[...] aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006).

Não se pretende, com essa contextualização, afirmar que o agricultor familiar é um personagem novo na sociedade brasileira (produto da ação do Estado ou das políticas

de desenvolvimento da agricultura no país). Pelo contrário, os agricultores familiares são portadores de elementos de continuidades e de rupturas com um passado camponês e, nesse sentido, “são portadores de uma tradição (cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida), mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade” (Wanderley, 2009, p. 47-8). Os agricultores familiares, ao mesmo tempo que possuem “raízes camponesas”, se adaptam às mudanças socioeconômicas, em um processo histórico que compreende auto-organização e autoafirmação, no qual suas formas de organização sociopolítica e eles próprios participam desse “‘fazer-se’ agricultores familiares” (Wanderley, 2009, p. 15). O fato de a agricultura familiar estar vinculada a uma estrutura produtiva que associa família, produção e trabalho tem consequências importantes para a forma como os agricultores familiares agem econômica e socialmente (Wanderley, 2009, p. 15).

Esses são os meios sociais, portanto, a partir dos quais se constituem os jovens agricultores familiares. A agricultura familiar, assim, é uma base sob a qual suas experiências socioculturais, econômicas, políticas, se desenvolvem. Ainda que sua identidade, enquanto jovens agricultores familiares, se constitua também através de processos mobilizados em suas experiências de mobilização e de lutas sociopolíticas.

A segunda questão é de fundamental importância para a análise proposta a partir das edições do Festival Nacional da Juventude Rural. Ela está relacionada à abordagem teórica e remete ao conceito de *frames de ação coletiva*. *Frames*, como já foi registrado, são “marcos referenciais significativos e estratégicos da ação coletiva” (Gohn, 1997, p. 87), na medida em que “dão suporte e sustentação às ações ao expressar significados atribuídos àquelas ações coletivas por um movimento social ou grupo social” (Gohn, 1997, P 87); e por serem “utilizados de forma estratégica para criar um conjunto de representações que expressam aqueles significados” (Gohn, 1997, p. 87).

O conceito de *frames* ganhou visibilidade em análises da ação coletiva através das contribuições de David Snow e Robert Benford. Esses dois teóricos propuseram o conceito para uma melhor compreensão dos esquemas interpretativos desenvolvidos “por coletividades para entender o mundo” e definir as estratégias através das quais “ativistas de uma organização de movimentos sociais vinculam seus esquemas de interpretação à existência de outros *frames* na sociedade” (Gohn, 1997, p. 88. Grifo no original).

David Snow e Robert Benford definem *frames* como ações orientadas e crenças que inspiram e legitimam as ações de um movimento social. São esquemas interpretativos que definem condições de injustiças e as razões dessas injustiças, com o objetivo de delinear alternativas de solução que podem ser alcançadas através da ação coletiva (Snow; Benford, 1992). Pode-se dizer que os *frames* se inserem numa dimensão política e discursiva das lutas que movimentos sociais organizam. Os atores dos movimentos sociais engajam-se na produção e na manutenção de significados que se dirigem para os membros do próprio movimento, para os atores que têm posições antagônicas e para os espectadores (Snow, 2004). É o que Snow (2004) chama de “contenção” e “agência”, produção de significados destinados tanto aos indivíduos orientados quanto para a mobilização de outros indivíduos (Snow, 2004).

Hunt, Benford e Snow (1994) definem melhor esses campos identitários, ao se referirem aos *protagonistas*, aos *antagonistas* e à *audiência*. Os *protagonistas* são definidos pelos indivíduos e coletividades que compartilham os mesmos valores, crenças, práticas sociais; ou, então, que têm a expectativa comum de alcançar algum benefício através da mobilização coletiva. Os *antagonistas* são definidos por aqueles que se opõem a valores, crenças, práticas dos indivíduos e coletividades *protagonistas*, sendo afetados por suas ações de modo que a interpretam como negativas. E a *audiência* se define pelos indivíduos e coletividades que se percebem como neutras ou observadoras não intervenientes nos conflitos que se estabelecem entre *protagonistas* e *antagonistas* (Hunt; Benford; Snow, 1994, p. 193).

Na relação tanto com os *antagonistas* quanto com a *audiência*, os *protagonistas* definem três funções básicas para os *frames*: a *demarcação*, a *atribuição* e a *articulação*. A *demarcação* compreende a construção daquilo que é considerado injustiças vinculadas às condições de vida de um determinado grupo, atribuindo significados a elas. A *atribuição* compreende a construção das causas das injustiças e dos problemas enfrentados pelos *protagonistas*, definindo-se, também, possíveis soluções. A *articulação* compreende a construção de alternativas, conectando-se as diversas experiências para promover a mudança desejada (Benford; Snow, 2000). Pode-se dizer, nesse sentido, que existem *frames de diagnóstico* (*demarcação* e *atribuição*) e *frames de prognóstico e motivação* (*articulação*). E é através dessas formas de mediação que ocorrem tanto as

mobilizações internas quanto as interlocuções, as parcerias, as articulações de um movimento social na sociedade civil e no Estado.

No entanto, o conceito de *frames* também permite compreender como diferentes conjunturas repercutem nas formas de construção dos conhecimentos e das estratégias que os movimentos sociais mobilizam para defender seus interesses. Os próprios Snow e Benford (2000) contemplaram essa questão, ao se referirem a *master frames*, “os quais conectam crenças e ideias de grupos de protesto à estrutura de oportunidades políticas surgidas da conjuntura sociopolítica em dado momento histórico” (Gohn, 1997, p. 90). Nesse sentido, trata-se de um conceito que permite analisar contextos históricos em que mudanças sociais, econômicas, políticas condicionam a dinâmica de construção dos quadros de referência, a partir dos quais determinado movimento social define/redefine suas estratégias de atuação e suas formas de representação. Como é o caso das conjunturas sociopolíticas de realização dos Festivais Nacionais da Juventude Rural. Nascidos numa conjuntura na qual havia expectativas positivas quanto à importância do dirigismo estatal na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, os festivais também se realizaram em momentos de crise daquele padrão de desenvolvimento e de ascensão de um governo neoliberal, de direita e ultraconservador no país.

Coloca-se, então, uma outra questão importante na análise apresentada: as conjunturas nas quais os Festivais Nacionais da Juventude Rural se realizaram. E que remete ao período que compreende 2007, quando ocorreu a sua primeira edição, até o presente, pois o quarto festival ocorreu em maio de 2023.

Cabe destacar, no entanto, que, em relação aos governos liderados pelo PT, não há consenso sobre qual modelo de desenvolvimento foi adotado naquele período no Brasil. Concordamos, no entanto, que aqueles governos se comprometeram com um “programa neodesenvolvimentista” (Boito Jr., 2012). Um programa que, sob o ponto de vista de suas direções principais, se caracterizou: i) por políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda, que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres; ii) pela elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, visando financiar grandes empresas nacionais, com taxa de juro favorecida ou subsidiada; iii) por uma política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil; iv) por uma política econômica anticíclica (medidas para manter a demanda agregada em momentos de crise econômica); v) pelo incremento do investimento

estatal em infraestrutura e na implementação de políticas sociais (saúde, educação, habitação etc.), numa perspectiva de resgate do dirigismo estatal no país (Boito Jr., 2012, p. 5).

Sob o ponto de vista econômico, comparada com os anos de 1980 e de 1990, a economia brasileira apresentou um desempenho muito positivo entre 2004 e 2008, alcançando uma taxa média de crescimento de 4,8% ao ano (Prates; Fritz; Paula, 2017, p. 196). Além disso, ao término de seus dois governos, em 2010, Lula deixou a presidência com elevados índices de aprovação, em decorrência dos resultados econômicos alcançados, mas também dos efeitos das políticas governamentais na diminuição da pobreza, na redução do desemprego, no aumento dos empregos formais, na valorização do salário mínimo, na maior integração das classes populares e de trabalhadores no mercado consumidor (Prates; Fritz; Paula, 2017, p. 196).

Já a partir do primeiro governo de Dilma Rousseff, no entanto, a dinâmica positiva da economia brasileira começou a se alterar: as taxas de crescimento baixaram até indicarem um quadro recessivo, em 2015/2016, quando o PIB apresentou crescimento negativo de -3,8% e de -3,5%, respectivamente (Prates; Fritz; Paula, 2017, p. 196 e segs.).

Não foi somente a crise econômica, no entanto, que provocou a crise política da frente neodesenvolvimentista e o fortalecimento do campo neoliberal ortodoxo no país, principalmente a partir de 2014. Rousseff perdeu força política ainda durante o seu primeiro governo, sendo confrontada pela burguesia financeira, por uma campanha de oposição levada adiante pelos meios de comunicação de massa, pelas mobilizações de rua desencadeadas a partir de 2013, pela crescente desconfiança entre as lideranças industriais. Mesmo que aquela condição política, agravada pela crise econômica, não tenha custado a sua reeleição, as críticas ao governo se intensificaram a partir de 2014 e, em especial, durante 2015, quando a possibilidade de uma ruptura institucional passou a ser discutida no Congresso Nacional.

As mudanças promovidas na política econômica, no início do seu segundo governo (políticas de ajuste fiscal, compreendendo corte nas despesas estatais, redução de direitos trabalhistas, elevação das taxas de juros, repatriação de capital enviado ilegalmente para o exterior), aprofundaram a crise econômica, repercutindo negativamente no apoio político ao governo. O que se agravou ainda mais diante das investigações da operação Lava Jato (iniciada em março de 2014), envolvendo lideranças de diferentes partidos políticos da base governista em práticas de corrupção (Costa Pinto

et al., 2016, p. 26 e seg.). As condições políticas para o impeachment de Dilma Rousseff estavam, então, dadas, vindo a se efetivar em agosto de 2016.

Com o impeachment de Rousseff assumiu a presidência o seu vice, Michel Temer, que ficou à frente do executivo nacional entre agosto de 2016 (assumiu interinamente em maio de 2016) até dezembro de 2018.

Enquanto esteve na presidência, Temer conduziu as políticas governamentais a partir de um conjunto de diretrizes, definidas num programa denominado “Uma Ponte para o Futuro”. Um programa político fortemente assentado em pressupostos neoliberais, cujas principais propostas de governo foram: ações visando o equilíbrio fiscal; estabelecimento de limites nos gastos públicos, que resultou numa Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que congelou as despesas públicas (Emenda 95/2016, conhecida como “PEC da Morte”); estabelecimento de metas inflacionárias; retomada de uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, com a transferência de ativos estatais e concessões de serviços públicos; redefinição da política externa brasileira, com maior aproximação de áreas consideradas estratégicas (Estados Unidos, Europa e Ásia); reforma trabalhista, numa perspectiva de desregulamentação, privatização e flexibilização das relações capital – trabalho; comprometimento com políticas de simplificação tributária, menor burocratização e “maior segurança jurídica” para os investimentos de capital (Fundação Ulysses Guimarães, 2015).

A orientação política e ideológica do governo Temer, comprometida com o recrudescimento das políticas neoliberais no país, não foi abandonada a partir de 2019, quando Jair Bolsonaro assumiu a presidência da República. No entanto, ao se candidatar para presidente, Bolsonaro conseguiu canalizar em torno de seu nome um processo social de alcance muito mais amplo do que as disputas partidárias e eleitorais, de grande visibilidade no Brasil já a partir do primeiro governo de Dilma Rousseff. Um processo social que se objetivou numa “onda conservadora” no país, estruturada em “pelo menos quatro linhas de forças sociais: economicamente liberal, moralmente reguladora, securitariamente punitiva e socialmente intolerante” (Almeida, 2019, p. 186).

Seja por compromissos construídos ao longo de sua carreira enquanto político profissional, seja por estratégias adotadas ao longo do processo eleitoral, Bolsonaro articulou em seu governo essas linhas de forças sociais, visando aglutinar em torno de seu nome o sentimento antipetista, mas, ao mesmo tempo, potencializar um sentimento

favorável a mudanças a partir dos valores sociais e políticos nelas implicados. Em relação à linha “econômico liberal”, Bolsonaro canalizou um sentimento crítico às políticas de proteção social desenvolvidas durante os governos liderados pelo PT, mas também o interesse de diferentes frações da burguesia no país, em favor da continuidade das políticas neoliberais adotadas pelo governo Temer (Almeida, 2019, p. 207). Em relação à linha “moralmente reguladora”, Bolsonaro agregou sentimentos e interesses sociais e religiosos, com forte participação das igrejas, contrários a mudanças em direitos sexuais e reprodutivos, e favoráveis a uma ação estatal reguladora, visando inclusive frear mudanças sociais e culturais já em curso na sociedade brasileira (Almeida, 2019, p. 208). Em relação à terceira linha, Bolsonaro aglutinou posicionamentos favoráveis à violência do Estado sobre a população (criminosa ou não), como forma de enfrentamento da insegurança vivenciada especialmente por setores das populações residentes nas regiões metropolitanas do país (Almeida, 2019, p. 209). Por fim, em relação à quarta linha, o próprio comportamento de Bolsonaro em relação à pandemia da Covid-19 (negacionismo, deboche em relação aos cuidados, descaso com ações de prevenção e enfrentamento etc.) colocou-se como expressão de um sentimento coletivo de intolerância, de afirmação de uma cultura de ódio na política, que se manifestou na estigmatização de políticos, na criminalização de movimentos sociais, na intolerância em relação a pessoas identificadas com determinadas agendas políticas e com os partidos de esquerda (Almeida, 2019, p. 210).

Foi, portanto, nesse contexto histórico, marcado por diferentes conjunturas sociopolíticas, que os quatro Festivais Nacionais da Juventude Rural ocorreram. Festivais que, nesse sentido, colocaram-se como espaços de construção de *frames* da ação coletiva dos jovens agricultores familiares, também condicionados pelas circunstâncias históricas que caracterizam esses diferentes e recentes momentos da dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Os Frames da Ação Coletiva dos Jovens Agricultores Familiares

Analisamos, a partir de agora, os frames da ação coletiva dos jovens agricultores familiares, construídos nos Festivais Nacionais da Juventude Rural. Por um lado, para colocar em evidência as principais preocupações e propostas nas duas edições consideradas Festival; por outro lado, para investigarmos as expressões de *demarcação*,

de *atribuição* e de *articulação*, em cada uma das referidas edições do Festival, analisando, ainda, como as conjunturas sociopolíticas condicionaram esse processo de construção.

O Festival Nacional da Juventude Rural é expressão de mobilizações locais, regionais, estaduais, que resultam no deslocamento de jovens agricultores familiares de todo o país para Brasília, onde participam de debates políticos, oficinas formativas, apresentações culturais, mostras de saberes, feiras produtivas, marchas reivindicatórias na Esplanada dos Ministérios. Essas últimas, nas edições já realizadas, contaram com a participação de representantes de partidos políticos, inclusive do legislativo e do executivo federais, aos quais os jovens agricultores familiares entregaram suas agendas políticas, de modo geral objetivadas numa Carta síntese de suas demandas e propostas. Esses documentos, portanto, resultam das discussões, das preocupações, das posições e das demandas sistematizadas durante os festivais. Sintetizam, assim, as “bandeiras de luta e de reivindicações” dos jovens agricultores familiares do país (FETAG, 2023).

O primeiro Festival da Juventude Rural ocorreu em março de 2007 e teve como tema “Lutando por Educação, Esporte e Cultura”. Em sua abertura, participaram o então ministro do trabalho e emprego, Luiz Marinho, do desenvolvimento agrário, Guilherme Cassel, além do então secretário nacional de esporte educacional do Ministério do Esporte, João Ghizoni. Vinculado ao tema do festival, ainda na abertura foi lançada a segunda edição do Consórcio Social da Juventude Rural Rita Quadros, um programa de qualificação profissional que era desenvolvido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a execução da CONTAG e outras entidades sindicais vinculadas à agricultura familiar. A agenda política, estruturada nos eixos da educação profissional, do esporte e da cultura, expressava uma preocupação das lideranças do festival com a permanência dos jovens no campo, inclusive garantindo-se políticas de educação comprometidas com esse objetivo (CONTAG, 2007).

Nos documentos apresentados às autoridades governamentais, os jovens agricultores familiares indicaram que viviam um momento de lutas pelo reconhecimento “enquanto categoria social”, mas também em defesa de políticas públicas capazes de contemplar “as expectativas e demandas dos jovens brasileiros”. Manifestando expectativas positivas em relação ao segundo governo Lula, que se iniciava naquele ano (“acreditamos que seu governo tem todo o interesse de buscar soluções para os problemas que atingem a juventude do campo e da cidade”), políticas públicas nas áreas do lazer, da educação, do

esporte, da cultura, da diversão, do acesso à terra e ao crédito rural eram consideradas “elementos indispensáveis para a garantia de vida digna no campo” (CONTAG, 2007). Também destacavam algumas “bandeiras de luta” naquela conjuntura: 1. priorizar a aprovação da PEC n. 394/2005, que incluía a expressão jovem na denominação do Capítulo VII e da nova Redação ao artigo 227 da Constituição; 2. avançar na aprovação e definição de metas do Plano Nacional da Juventude; 3. instalar a Comissão Especial para análise do PL 4529/2004, que dispunha sobre o Estatuto da Juventude; 4. assegurar a criação de instâncias e órgãos governamentais representativos dos jovens brasileiros; 5. declarar repúdio aos Projetos de Lei que propunha redução da maioria penal (CONTAG, 2007).

Num Festival que elegeu educação, esporte e cultura como áreas principais na articulação das mobilizações e demandas, os documentos produzidos naquele primeiro festival especificavam um conjunto de eixos e demandas dos jovens agricultores familiares naquele momento (Quadro 1).

Quadro 1 - Eixos, demandas e propostas da pauta de discussão/mobilização dos jovens agricultores familiares no I Festival Nacional da Juventude Rural (2007)

Continua

Eixo 1: Educação:

1 Política Nacional de Educação do Campo: Constituir uma Secretaria Nacional de Educação do Campo; - Implementar as Diretrizes Operacionais para educação básica nas escolas do campo; - Construir políticas públicas para os povos do campo; - Construir mecanismos de articulação entre a política de educação do campo e demais políticas ligadas à agricultura familiar; - Universalizar o acesso à educação básica, incluindo o fim do fechamento arbitrário de escolas no campo e a reabertura das mesmas; - Ampliar a oferta de educação do ensino infantil, fundamental, médio, EJA e profissionalizante, adequada à realidade do campo; - Fortalecer e integrar os programas governamentais do campo; - Fortalecer experiências de educação dos movimentos e organizações da sociedade civil; - Construir as Diretrizes Estaduais para Educação Básica nas Escolas do Campo; - Construir parcerias com instituições para fortalecimento da proposta pedagógica das escolas do campo; - Promover seminários para discussão das políticas de educação do campo; - Desenvolver programas de formação profissional para os jovens trabalhadores rurais; - garantir o PRONERA como uma política pública de educação do campo.

2 Escolas do Campo – condições pedagógicas e materiais: Manter o transporte escolar público, gratuito, dentro do próprio campo; - Melhorar e adequar a qualidade da infraestrutura e equipamentos das escolas do campo; - Utilizar a produção da agricultura familiar na merenda escolar; - Construir espaços de lazer nas escolas; - Informatizar as escolas do campo; - Subsidiar a elaboração de material didático e pedagógico contextualizado.

3 Educação do Campo – formação dos profissionais: Valorizar e formação específica de educadoras e educadores do campo; - Melhorar as condições de trabalho e de salários para que os professores/as permaneçam no campo.

4 Educação Superior: Interiorizar as Instituições de Ensino Superior, públicas, gratuitas e de qualidade; - Ampliar o acesso e a garantia de permanência da população do campo à educação superior; - Implementar o Plano Nacional de Formação dos Profissionais da Educação do Campo; - Conceder bolsas de estudo em cursos superiores que sejam adequados a um projeto de desenvolvimento do campo.

Quadro 1 - Eixos, demandas e propostas da pauta de discussão/mobilização dos jovens agricultores familiares no I Festival Nacional da Juventude Rural (2007)

Conclusão

5 Gestão das Políticas de Educação do Campo: Reestruturar e fortalecer os conselhos de gestão educacional, assegurando a escolha dos seus membros em assembleias com a participação da sociedade civil; - Assegurar processos permanentes de capacitação para os conselheiros(as) municipais e estaduais de educação; - Garantir participação coletiva com gestão democrática na proposta pedagógica da escola e nos Conselhos Estaduais de Educação.

6 Financiamento da Educação do Campo: Assegurar a diferenciação custo-aluno do campo na implementação do FUNDEB; - Inserir a educação do campo nos Planos Estaduais e Municipais de Educação.

7 Proposta Pedagógica: Proposta pedagógica elaborada com a participação dos pais, estudantes, professores/as e comunidade do campo; - Inserir no currículo das escolas do campo temas como arte, dança, teatro, literatura, conhecimentos e habilidades necessários ao desenvolvimento psíquico sociocultural; - Adequar os calendários escolares de acordo com a realidade do município; - Elaborar o Projeto Político Pedagógico considerando a autonomia da escola e a realidade na qual está inserida; - Inserir nas propostas político pedagógica das escolas do campo a dimensão da formação profissional e da organização produtiva familiar; - Valorizar a cultura e o trabalho como matriz orientadora da proposta pedagógica das escolas do campo; - Explicitar os princípios políticos e o papel da escola na construção de um projeto de desenvolvimento rural sustentável e solidário.

8 Pedagogia da Alternância: Criar Escolas Famílias Agrícolas e/ou de Casas Familiares Rurais; - Incluir as Escolas Famílias Agrícolas e as Casas Familiares Rurais no processo orçamentário dos Municípios, Estados e União.

9 Escolas Agrotécnicas: Ampliar as Escolas Agrotécnicas; - Apropriar o uso social das Escolas Agrotécnicas às necessidades dos/as trabalhadores/as rurais; - políticas de apoio com bolsas para filhos/as de trabalhadores/as rurais.

Eixo 2: Esporte.

10 Estruturas adequadas para práticas esportivas: Estruturar quadras e equipamentos esportivos nas escolas rurais; - Acompanhar os profissionais especializados para o desenvolvimento das atividades físicas e esportivas nas escolas rurais; - Construir Centros poliesportivos na zona rural; - Promover nas escolas do meio rural atividades esportivas curriculares e extracurriculares.

11 Políticas públicas de esporte e especificidade do campo: Criar o Programa de Valorização do Esporte, Lazer e Saúde; - Garantir maior subsídios técnicos e financeiros aos atletas rurais; - Garantir o direito a meia entrada em eventos esportivos para os estudantes da zona rural; - Abranger no Programa Segundo Tempo um maior número de comunidades rurais.

Eixo 3: Cultura.

12 Tradições/expressões culturais do Campo: Incluir, na grade curricular das escolas rurais, o resgate das tradições culturais do campo; - Construir um programa de fomento às tradições culturais rurais; - Investir na realização de Festivais de Cultura Popular dos Povos do Campo; - Preservar e catalogar as espécies nativas e históricas das regiões.

13 Produção cultural dos/as artistas do campo: Criar linha de crédito destinada à produção cultural dos artistas do campo; - Elaborar Programa voltado à juventude rural, na perspectiva da qualificação técnica para produção artística e cultural; - Ampliar os subsídios técnicos e financeiros aos grupos e núcleos de produção de artesanato, teatro, música, dança e literatura no meio rural; - Construir mecanismos de informação, destinados a população do campo, para divulgação das políticas culturais já existentes.

14 Produções culturais e meios de comunicação no meio rural: Investir na criação e manutenção de museus, salas de cinemas e teatros nos municípios rurais; - Fortalecer ações de cinema-móvel; - Implantar bibliotecas nas escolas com materiais que favoreçam os conhecimentos sobre a realidade do campo e conhecimentos gerais; - Formular campanhas para o incentivo à leitura no campo; - Aumentar os investimentos no Programa Arcas das Letras, beneficiando maior número de comunidades rurais; - Estruturar centros de inclusão digital nas escolas rurais.

Fonte: CONTAG, 2007. Adaptado pelos autores.

Essas demandas e propostas foram sintetizadas na “Carta da Juventude Trabalhadora Rural”, que também foi encaminhada para as autoridades governamentais, e que enfatizou algumas palavras símbolos das mobilizações dos jovens agricultores familiares naquele momento histórico: vida digna, paz e segurança, terra, trabalho e salário, alimentação, saúde e meio ambiente, Educação no campo, lazer, cultura e esportes, liberdade na orientação sexual, ser feliz:

Carta da Juventude Trabalhadora Rural

Nós, jovens lideranças sindicais da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG, presentes no “1º Festival Nacional da Juventude Rural”, [...] estamos preocupados (as) com a falta de perspectivas no campo, que tem levado grandes contingentes de jovens a saírem em direção dos espaços urbanos das grandes cidades. Compreendemos que estamos vivendo um novo momento político com a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva [...] e acreditamos que seu governo tem todo o interesse de buscar soluções para os problemas que atinge a juventude do campo e da cidade. Contudo, vimos aqui afirmar para o governo e para a sociedade brasileira nossa Declaração de Direitos da Juventude Rural, a saber:

Todo e toda jovem tem o direito a uma VIDA digna.

A juventude tem o direito de viver em PAZ e em SEGURANÇA.

A juventude tem o direito a TERRA e as condições necessárias para nela viver.

Todo e toda jovem tem o direito ao TRABALHO e SALÁRIO digno.

Todo e toda jovem tem o direito de se ALIMENTAR todos os dias.

Todo e toda jovem tem o direito a SAÚDE e a viver em um MEIO AMBIENTE equilibrado.

A juventude tem o direito a uma EDUCAÇÃO DO CAMPO gratuita e de qualidade que favoreça o desenvolvimento humano, profissional, social e garanta a abordagem respeitosa nas relações de gênero, geração, raça e etnia.

Todo e toda jovem tem direito ao LAZER e as práticas CULTURAIS e ESPORTIVAS.

Todo e toda jovem tem o direito de viver em LIBERDADE e sua ORIENTAÇÃO SEXUAL deve ser respeitada.

Todo e toda jovem tem o direito de ser FELIZ.

Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - CONTAG (CONTAG, 2007. Grifos no original).

Já o quarto festival nacional da juventude rural ocorreu em abril de 2023 (depois de ser adiado em 2020, devido à pandemia da Covid-19), com o tema: “Semeando resistência e cultivando um mundo novo”. Seguindo uma tradição consolidada nos outros encontros, o Festival reuniu aproximadamente cinco mil jovens que discutiram uma pauta, elaborada a partir da organização de festivais regionais da juventude rural, contendo seis eixos: 1. Democracia e Participação Popular; 2. Trabalho, Produção Sustentável e Renda; 3. Agricultura Sustentável e Resiliência às Mudanças Climáticas; 4. Saúde; 5. Educação do Campo; e 6. Esporte, Cultura e Lazer (Quadro 2). Essa pauta, organizada nos seis eixos e

conteúdo 30 propostas, foi entregue para líderes do terceiro governo Lula, em cerimônia que contou com a presença do vice-presidente, Geraldo Alkmin (CONTAG, 2023b).

Quadro 2 - Eixos, demandas e propostas da pauta de discussão/mobilização dos jovens agricultores familiares no IV Festival Nacional da Juventude Rural

Continua

<p>Eixo 1: Democracia e Participação Popular</p> <p>1 Implementar o Sistema Nacional de Juventude.</p> <p>2 Criar Grupo de Trabalho Interministerial para atualização do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, com participação de movimentos sociais do campo.</p> <p>3 Retomar o GT de Juventude no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF).</p> <p>4 Criar Subsecretaria de Juventude Rural na Secretaria Nacional de Juventude.</p> <p>5 Ampliar o número de assentos no Conselho Nacional de Juventude, para aumentar a representação de diversos segmentos, com reuniões bimestrais ou trimestrais e garantia de condições de participação.</p> <p>6 Retomar as Conferências Nacionais da Juventude, com etapas municipais e estaduais em 2024 e nacional em 2025, garantindo a participação da juventude rural em todas as etapas.</p> <p>7 Criar o Programa Nacional de Documentação da Juventude Rural, itinerante nas comunidades rurais e assentamentos de todo o país para atender as demandas de jovens.</p> <p>8 Valorizar e ampliar a participação da CONTAG, com garantia de representação de jovens e mulheres nas Seções Regionais e Seção Nacional Brasileira da Reaf-Mercosul.</p>
<p>Eixo 2: Trabalho, Produção Sustentável e Renda</p> <p>9 Acesso à terra e ao crédito: - Prever pontuação específica para jovens trabalhadores(as) rurais filhos(as) de agricultores(as) familiares e de famílias acampadas no processo de seleção para assentamentos em projetos de reforma agrária; - Criar condições diferenciadas de acesso ao Crédito Fundiário para mulheres chefe de família e juventude rural; - Pronaf Jovem - com o objetivo de estimular a autonomia financeira e a permanência no campo.</p> <p>10 Assistência Técnica e Extensão Rural: - Incluir, nos critérios para a seleção das prestadoras de serviço nas chamadas públicas do ATER, pontuação progressiva de acordo com o percentual de presença de mulheres e jovens na equipe técnica; - Realizar chamadas públicas do ATER específicas para juventude e para o atendimento dos projetos produtivos para o Pronaf Jovem.</p> <p>11 Formação Técnica: - Reeditar o Consórcio Social da Juventude Rural como política permanente de formação técnica e profissional.</p>
<p>Eixo 3: Agricultura Sustentável e Resiliência às Mudanças Climáticas</p> <p>12 Implantar o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA).</p> <p>13 Criar programa permanente de formação de jovens agentes de proteção e conservação ambiental e produção sustentável nas comunidades.</p> <p>14 Retomar o programa Bolsa Verde, com foco na juventude rural, como estratégia de aliar conservação e preservação ambiental.</p>
<p>Eixo 4: Saúde</p> <p>15 Saúde: - Recuperar, fortalecer e ampliar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescente e Jovens; - Fortalecer as ações de educação integral em sexualidade para a juventude rural; - Fortalecer as ações no meio rural referentes à implementação da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, inclusive a criação do Comitê Nacional de implementação da referida política com participação de entidade representativa da juventude rural; - Assegurar na Rede de Atenção Básica e Psicossocial do SUS a contratação de profissionais com especialidade em saúde mental, com atenção especial para o atendimento da juventude das populações do campo, da floresta e das águas.</p>

Quadro 2 - Eixos, demandas e propostas da pauta de discussão/mobilização dos jovens agricultores familiares no IV Festival Nacional da Juventude Rural

Conclusão

Eixo 5: Educação no Campo

16 Realizar estudo sobre a situação atual das escolas do campo, acompanhado de uma proposta de reforma e construção de novas escolas, com infraestrutura adequada, garantindo transporte escolar seguro e de qualidade, materiais e livros didáticos, biblioteca, áreas de lazer e desporto.

17 Incorporar, na Lei Nº 12.960/2014 e na Portaria nº 391/2016, mecanismo que assegure a participação da comunidade onde está localizada a escola na deliberação sobre o fechamento ou não das escolas do campo. Caso a escola seja fechada, que os(as) alunos(as) sejam remanejados, prioritariamente, para outra escola no campo mais próxima.

18 Ajustar e ampliar as ações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), com destaque para: a) recomposição da Comissão Pedagógica Nacional; b) recomposição do Orçamento - R\$ 70 milhões em 2023; c) implementação imediata dos projetos aprovados; d) instalação de comissão para a revisão do Manual do PRONERA; e) revisão do valor aluno/ano que contemple os custos da alternância e bolsas para estudantes e professores/as; f) revisão do valor aluno/ano que contemple os custos da alternância e bolsas para estudantes e professores/as; f) incluir a previsão de pagamento de despesas de capital - biblioteca, equipamentos eletrônicos, instrumentos e insumos para implementação de campos de pesquisa; e, professores/as, educadores/as e educandos/as dos movimentos sociais e sindicais no acompanhamento aos estudantes no Tempo Universidade e Tempo Comunidade.

19 Assegurar, na reforma do Ensino Médio, as diretrizes e princípios da Política Nacional de Educação do Campo.

20 Incluir nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo critérios de pontuação extra no processo de seleção para os(as) docentes de Escolas do Campo que sejam oriundos da comunidade ou de localidades próximas e estejam familiarizados com as realidades locais.

21 Revisar a base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como os currículos dos entes subnacionais dela decorrentes para incluir: educação ambiental interdisciplinar e nos temas sobre sexualidade tratar de saúde, consentimento, diversidade, combate à violência, gravidez precoce e outros temas.

22 Reconhecimento da Pedagogia da Alternância como estratégia de formação dos sujeitos e educadores(as) do campo.

23 Monitorar a implementação da meta 1 do Plano Nacional de Educação, assegurando a universalização da educação infantil nas escolas do campo para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE, julho de 2024.

24 Ampliar o acesso de jovens do campo, floresta e águas todos os cursos do Ensino Superior público, considerando as necessidades específicas de quem mora e trabalha no meio rural, por meio do exercício da pedagogia da alternância e da atuação de docentes que conhecem as realidades locais.

25 Integrar a juventude da agricultura familiar no Programa de Bolsa Permanência dos indígenas, aumentando o número de benefícios e também o valor do benefício para um salário mínimo.

26 Inserir, na Política de Nacional de Alfabetização, ações de incentivo à redução da evasão escolar, a exemplo da destinação de Bolsas Permanência e iniciativas de promoção da saúde oftalmológica.

27 Reformar a grade curricular do ensino superior público de cursos correlatos para a inclusão interdisciplinar de discussões sobre transição energética e agroecológica.

28 Incluir a obrigatoriedade do ensino e pesquisa sobre assistência técnica e produção da agricultura familiar, agroecologia e sistemas agroflorestais nos cursos superiores e técnicos de Agronomia.

Eixo 6: Esporte, Cultura e Lazer.

29 Retomar a política de Pontos de Cultura, por meio de editais, de projetos locais e itinerantes de produção cultural voltados para música, dança, artes plásticas, audiovisual, artes cênicas e literatura.

30 Reeditar o Programa Arca das Letras, como política permanente de promoção da leitura, associada a uma Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos.

Fonte: CONTAG, 2023b. Adaptado pelos autores.

Ainda durante o Festival, o governo federal, através da secretária executiva da Secretaria Geral da Presidência da República, Maria Fernanda Coelho, entregou um documento com as respostas às reivindicações apresentadas na pauta do quarto Festival Nacional da Juventude Rural (Brasil, 2023). Já com conhecimento do conteúdo desse documento, algumas lideranças da CONTAG se posicionaram em relação à resposta do governo, destacando a positividade das demandas alcançadas e a expectativa de atendimento de outras demandas em curto prazo (CONTAG, 2023c). O que levou as lideranças dos jovens agricultores familiares destacarem o saldo positivo do evento. Mônica Bufon, secretária de jovens da entidade, por exemplo, destacou que o atendimento de parte das reivindicações era resultado da mobilização coletiva da “juventude rural”: “[...]. Aqui está o grande resultado da nossa caminhada e do nosso 4º Festival. Queremos permanecer no campo não apenas para produzir, mas também com qualidade, como espaço de vida, como espaço nosso, como nosso território” (CONTAG, 2023c).

O tema dessa quarta edição do Festival, “Semeando resistência e cultivando um mundo novo”, indica um projeto de resistência, mas, ao mesmo tempo, de cultivo de um “mundo novo”, presente nas mobilizações dos jovens agricultores familiares em 2023. A resistência pode ser lida como uma referência à destruição de diferentes políticas públicas, ao fechamento de espaços de participação, à ameaça à democracia, ao incentivo à cultura da intolerância, que caracterizaram o governo Bolsonaro. Mas, também, pode ser expressão do interesse de afirmar uma identidade do jovem agricultor familiar, grupo social historicamente resistente às adversidades presentes no meio rural, em decorrência da própria condição de desenvolvimento da agricultura familiar e à situação das juventudes rurais no país.

E qual “mundo novo” pretendem os jovens agricultores familiares “semear”? Se observadas as palavras-síntese já presentes na primeira edição do Festival, pode-se indicar que esse “mundo novo” tem compromissos com “vida digna”, “paz e segurança”, “terra, trabalho e salário”, “alimentação”, “saúde e meio ambiente”, “educação no campo”, “lazer, cultura e esportes”, “liberdade na orientação sexual”, “ser feliz”. Nessa última edição, esses compromissos se renovaram e ganharam novos significados: “democracia”, “participação dos jovens”, “diversidade”, “agricultura sustentável”, “resiliência às mudanças climáticas”. Como registra o texto de apresentação da pauta da quarta edição do Festival: “o mundo que queremos tem raízes na democracia, na justiça social, na

produção de alimentos saudáveis, na proteção, recuperação e preservação do meio ambiente, no respeito às diversidades e no acesso igualitário à condição de vida digna (CONTAG, 2023b: 3).

Esses motivos de resistência e os compromissos expressos nessas palavras-síntese já são indicativos de marcos referenciais significativos e estratégicos da ação coletiva dos jovens agricultores familiares no Brasil. Mas como foi indicado, os *frames* são esquemas interpretativos que definem condições de injustiças, as razões dessas injustiças, buscando delinear alternativas de solução que podem ser alcançadas através da ação coletiva. E, nesse sentido, quando a secretária da juventude da Contag, no encerramento da quarta edição do Festival, afirma que os jovens querem “permanecer no campo não apenas para produzir, mas também com qualidade, como espaço de vida, como espaço nosso, como nosso território” (CONTAG, 2023c), ela indica questões fundamentais para a compreensão do que é representado como injustiças, quais são as causas dessas injustiças e como as mobilizações dos jovens agricultores familiares têm apontado para soluções necessárias para a superação dessas injustiças.

Na primeira edição do Festival, as injustiças se expressavam numa condição de vida, experimentada por jovens agricultores, sem garantias de saúde, de educação com qualidade e voltada às necessidades do campo, de espaços de afirmação esportiva e cultural comprometidos com as necessidades e os interesses dos jovens. A essas dificuldades somavam-se os conflitos constantes na luta pela terra, a violência no campo, numa soma de fatores que contribuía para que os jovens saíssem do meio rural, “em direção dos espaços urbanos das grandes cidades” (CONTAG, 2023).

Na quarta edição, as injustiças ganham uma amplitude maior, somando-se às injustiças já indicadas na primeira edição: a ausência de espaços de participação dos jovens em instâncias de decisão estatal; a desestruturação/dificuldades de implementação de políticas públicas comprometidas com as juventudes rurais; a falta de políticas de acesso à terra, ao crédito, à assistência e à formação técnicas; a fragilidade dos instrumentos de incentivo a uma agricultura sustentável e resiliente às mudanças climáticas; os desrespeitos às diversidades econômicas, socioculturais.

As causas dessas injustiças podem indicar questões conjunturais, que decorrem de maiores ou menores dificuldades encontradas no atendimento governamental às demandas apresentadas pelas juventudes rurais. Nessa direção, inclusive, o documento

que apresenta a pauta da quarta edição do Festival é explícito, ao afirmar que entre 2018 e 2020 o êxodo rural de jovens aumentou e que os motivos disso estavam vinculados ao golpe de 2016, aos cortes de gastos públicos no governo Temer, ao abandono de políticas públicas e à “desastrosa e genocida gestão da pandemia” durante o governo Bolsonaro (CONTAG, 2023b:4).

Mas as causas das injustiças identificadas também têm causas estruturais, que remetem às condições de desenvolvimento da agricultura familiar e das populações rurais no Brasil, historicamente desassistidas de políticas públicas capazes de garantir condições mais favoráveis de acesso à terra, de produção e de comercialização, mas também de acesso a serviços de saúde, de Educação, de lazer, de informação. Essas são condições que não atentam para o fato de que, no meio rural brasileiro, são 6,7 milhões de jovens com idades entre 16 e 32 anos (dados de 2020), marcados pela diversidade e necessitados de reforma agrária, de educação do campo, de saúde, de acesso a crédito, de assistência técnica e extensão rural de qualidade e voltadas para a realidade do campo, de políticas de esporte, cultura, lazer, de acesso às tecnologias de informação, de condições de moradia, de geração de trabalho e renda (CONTAG, 2023b: 3).

Diante dessas injustiças e da identificação de suas causas, a mobilização dos jovens agricultores familiares dirige-se ao Estado, como um caminho possível de enfrentamento e de construção de soluções. Claro que as mobilizações visam estabelecer um diálogo com a “sociedade”, que precisa compreender que, num contexto de envelhecimento das populações rurais, “apenas 10,5% de todos os(as) produtores proprietários(as) de nossa categoria” são jovens, decorrendo daí um enorme desafio para que o país possa garantir segurança e soberania alimentar, já que é a agricultura familiar que é a principal responsável pela produção de alimentos no país (CONTAG, 2023b, p. 3).

Contudo, o objetivo principal das mobilizações está vinculado à atuação do Estado. São mobilizações que visam denunciar um Estado que tem sido alheio e distante das demandas por direitos da maioria, e a cobrança aos governos de políticas estatais comprometidas com a garantia de direitos demandados. A articulação, portanto, compreendendo a construção de alternativas, apontando para o horizonte das mudanças desejadas, indicando os caminhos motivacionais da própria mobilização, tem como direção o Estado e a construção de políticas estatais comprometidas com um novo modo de pensar e de viver no campo, no qual se possa ter uma “vida digna”, com paz, segurança,

terra, trabalho, salário, direito à alimentação, à saúde, à educação com qualidade, a um meio ambiente “equilibrado”, ao lazer e a práticas culturais, à liberdade, o direito de “todo e toda jovem” ser feliz.

E é a partir dessa relação com o Estado que se pode indicar como as diferentes conjunturas, da primeira e da quarta edições, condicionaram a dinâmica de construção dos frames da ação coletiva dos jovens agricultores familiares no Brasil. Claro que essa dinâmica de construção compreende um acúmulo histórico que se fez presente nas diferentes edições do Festival. E, nesse sentido, é importante destacar como a questão da *permanência dos jovens no campo* vai ganhando significados mais amplos, que se iniciam com uma perspectiva mais voltada à Educação, ao esporte e à cultura, e chegam a perspectivas que integram reforma agrária, crédito, assistência técnica, condições de produção e de comercialização, acesso a tecnologias de informação, inclusive respeito às diversidades entre os jovens e nos espaços rurais.

Mas é importante destacar que, nas duas conjunturas há uma expectativa positiva em relação aos governos, nos dois casos tendo no executivo federal uma frente política liderada pelo PT, comprometida com políticas de desenvolvimento da agricultura familiar no país. No primeiro caso, a expectativa de consolidação de um governo que já iniciava seu segundo mandato. No segundo caso, o início de um mandato, representado como um “momento de esperança” (CONTAG, 2023b: 5), tendo em vista o fim de um governo que ameaçou a democracia e comprometeu políticas públicas (não é por acaso, nesse sentido, que na pauta de 2023 aparecem os verbos “retomar”, “ampliar”, “reeditar”, “recuperar”) e o início de um governo que, afinal, “afirma acreditar na importância da agricultura familiar para a Segurança e Soberania Alimentar de nosso país e como ferramenta para diminuir os efeitos do superaquecimento global” (CONTAG, 2023b: 5).

Considerações Finais

Ao final deste artigo, pretendemos destacar três questões relacionadas à ação coletiva dos jovens agricultores familiares no Brasil.

A primeira delas está relacionada ao protagonismo dos jovens na construção coletiva das mobilizações de trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar no Brasil. Como indicamos anteriormente, nas experiências históricas dos jovens

agricultores familiares estão presentes diferentes questões que explicam as dificuldades não só de permanência, mas também de realização de seus projetos de vida nos meios rurais. Ao mesmo tempo, os jovens têm um protagonismo histórico nas mobilizações e lutas da agricultura familiar no país. Nas últimas décadas, mobilizações coletivas dos jovens têm possibilitado uma maior visibilidade a esse protagonismo. Pautas assumidas pelos jovens, tais como as pautas de gênero (lutas das mulheres e da comunidade LGBTQIAPN+), da agroecologia, da educação do campo, da crise socioambiental, da cultura, informação e lazer no campo, ganham cada vez maior significado e sentido nas pautas dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar.

A segunda questão remete diretamente à problemática apresentada neste artigo, ou seja, aos *frames* de ação coletiva que conectam as concepções políticas e ideológicas dos jovens agricultores familiares à estrutura de oportunidades e de ameaças surgidas em diferentes conjunturas. Como foi indicado, na agenda política dos jovens agricultores familiares alguns eixos temáticos permanecem, vinculados ao interesse de garantir condições mais adequadas de permanência, de qualidade do trabalho, da produção, da vida de jovens no campo. Nessa direção, políticas públicas comprometidas com reforma agrária, com trabalho e produção na agricultura familiar, com crédito, com tecnologia e extensão, com alimentação saudável, com educação no campo, com saúde e meio ambiente, com lazer, cultura e esportes, com agricultura sustentável e resiliência às mudanças climáticas, se somam a demandas vinculadas à democracia, a maior participação dos jovens nos processos decisórios, à diversidade, ao respeito às mulheres e comunidade LGBTQIAPN+. Em torno desses eixos vão sendo tecidas as referências significativas e estratégicas das mobilizações dos jovens agricultores familiares, para os quais as principais direções dessas mobilizações estão nas instâncias estatais de decisão e, nesse sentido, no comprometimento das autoridades governamentais. Daí, inclusive, a “esperança” em relação ao terceiro governo de Lula, representado como um momento de distanciamento em relação às ameaças que se colocaram num período recente, e de oportunidade de avanços e de conquistas, na medida em que visualizado como um governo comprometido com a agricultura familiar no país.

Por fim, a terceira remete a possibilidades futuras de investigação, em especial através de investigações que atentem para a concretização das demandas dos jovens agricultores familiares no âmbito das políticas públicas implementadas pelos governos

nacionais. Como foi indicado, na quarta edição do Festival o governo federal publicou um “caderno de respostas”, por meio do qual apresentou as demandas que já estavam sendo contempladas nas ações governamentais e quais eram as expectativas de atendimento a outras demandas. O acompanhamento das ações governamentais, bem como as relações entre jovens agricultores familiares e instâncias de decisão estatal, a partir do Festival, é um campo de investigação que se abre, permitindo análises não somente das formas de mobilização dos jovens nessas instâncias de poder, mas também o quanto suas pautas são reconhecidas enquanto pautas da agricultura familiar no país.

Referências

- ALMEIDA, R. Bolsonaro Presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, p. 185-213, jan./abr., 2019.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2023.
- BENFORD, R; SNOW, D. Framing processes and social movements. **Annual Review of Sociology**, EUA:University Windsor, n. 26, p. 611-639, 2000.
DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.26.1.611>
- BOITO JR., A. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. São Paulo: FGV, 2012.
- BRASIL. **Cadernos de Respostas: 4 Festival da Juventude Rural**, Contag, 2023. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2023.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. **Brasília é palco do primeiro Festival Nacional da Juventude Rural, 2007**. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/40413-brasilia-e-palco-do-primeiro-festival-nacional-da-juventude-rural>. Acesso em: 29 ago. 2023.
- BRASIL. Lei 11.326, de 24 jul. de 2006. **Diário Oficial da União**, de 25/07/2006.
- FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Programa “Uma Ponte para o Futuro”**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Carta da Juventude Trabalhadora Rural**. Brasília: CONTAG, 2007.
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Festival Nacional da Juventude Rural**. Brasília: CONTAG, 2023. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/tema/festival-nacional-da-juventude-rural>. Acesso em: 30 ago. 2023.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Anuário Estatístico da Agricultura Familiar – 2023/Ano 2**. Brasília: CONTAG, 2023a. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/contag-lanca-anuario-estatistico-da-agricultura-familiar-2023-20230725>. Acesso em: 27 ago. 2023.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Pauta da Juventude Rural da Contag**. Brasília: CONTAG, 2023b. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/17733-576689-pauta-juventude-web.pdf>. Acesso em: 02 set. 2023.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Festival Nacional da Juventude Rural**. Caminhada em Brasília e anúncio do governo federal marcam o encerramento do 4º Festival Nacional da Juventude Rural. Brasília: CONTAG, 2023c. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/caminhada-em-brasilia-e-anuncio-do-governo-federal-marcam-encerramento-do-4--festival-nacional-da-juventude-rural-20230427>. Acesso em: 02 set. 2023.

COSTA PINTO, E. *et al.* **A economia política dos governos Dilma**: acumulação, bloco no poder e crise. Rio de Janeiro: UFRJ; Instituto de Economia, 2016.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, set./out./nov./dez, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>

GOHN, M. da G. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

HUNT, S.; BENFORD, R.; SNOW, D. Identity Fields: framing process and the social construction of movement identities. *In*: LARAÑA, E.; JOHNSTON, H.; GUSFIELD, J. (ed.). **New Social Movements**. Philadelphia: Temple University Press, 1994.

PRATES, D.; FRITIZ, B.; PAULA, L. F. de. Uma avaliação das políticas desenvolvimentistas nos governos do PT. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 21, p. 187-215, jul./dez, 2017.

SNOW, D.; BENFORD, R. Master frames and cycles of protest. *In*: MORRIS, A.; MUELLER, C. (ed.). **Frontiers in Social Movement Theory**. New Haven: Yale University Press, 1992.

SNOW, D. Elaborating the discursive contexts of Framing: discursive fields and spaces. *In*: NORMAN, D. **Studies in symbolic interaction**. Illinois: University of Illinois, 2004.

TROIAN, A.; BREISENBACH, R. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 4, p. 789-802, out./dez, 2018. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v19i4.1768>

WANDERLEY, M. de N. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

Recebido em 09/10/2023. Aceito para publicação em 19/04/2024.
--